

INSTITUIÇÕES E DISCURSO ANTI-IMIGRATÓRIO RECENTE

INSTITUTIONS AND RECENT ANTI-IMMIGRATION DISCOURSE

Caroline Todeschini¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: carolinetdsc@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6777-2203>

Recebido em: 1 de janeiro de 2025

Aceito em: 10 de junho de 2025

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi relacionar os conceitos elaborados por diferentes correntes institucionalistas com alguns discursos anti-imigratórias recentes. Os resultados demonstraram que a criação e disseminação de mitos podem ser instrumentos de perpetuação da estrutura de classes a favor de elites e que a retórica anti-imigração é passível de configurar um desses mitos, uma vez que buscam apontar um culpado para problemas sociais já existentes antes da chegada do imigrante. Também se constatou como o tratamento de imigrantes como cidadãos de “classe inferior” pode reascender o sentimento de patriotismo, de emulação e de pertencimento em grupos de indivíduos que também se encontram em situação econômica precária.

Palavras-chave: Discurso. Economia institucional. Migração.

¹ Professora colaboradora no Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Cascavel; doutoranda em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS); bolsista CAPES. Possui mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá, graduação em Ciências Econômicas pela Unioeste, campus Francisco Beltrão, e especialização em Ciência Política pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (Unicesumar EaD). Prioriza linhas de pesquisa voltadas à economia do trabalho e economia política. Possui experiência em docência no ensino superior, orientações e tutorias em cursos de especialização, bem como em rotinas administrativas, escolares e do setor público.

ABSTRACT

The objective of the present work was to relate the concepts elaborated by the different institutionalist currents with recent anti-immigration rhetoric. The results showed that the creation and dissemination of myths can be instruments of perpetuation of the class structure in favor of elites and that the anti-immigration rhetoric can configure one of these myths, since they seek to point out a culprit for social problems that already existed before the immigrant arrival. It was also found how the treatment of immigrants as “lower class” citizens can rekindle the feeling of patriotism, emulation and belonging in groups of individuals who are also in a precarious economic situation.

Keywords: Discourse. Institutional economics. Migration.

Códigos JEL: D02; F22; J15.

1. INTRODUÇÃO

A migração humana é um fenômeno antigo e acompanha a história da humanidade desde tempos remotos. Desde a povoação do globo até os movimentos recentes após a globalização, os seres humanos permanecem se deslocando. Dados recentes indicam que, em 2020, haviam 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, representando um aumento de aproximadamente 83% em relação a 1990 (153 milhões) e mais que o triplo do registrado em 1970 (84 milhões) (IOM, 2021).

Buscando análises econômicas sobre o fato, encontra-se abordagens de cunho ortodoxo que observam a migração a partir do processo de competição por maiores salários entre ofertantes de mão de obra de diferentes países. Nesse contexto, os migrantes são trabalhadores que calculam o valor das oportunidades de emprego nos diferentes mercados e, ponderando os custos para fazer a mudança potencial, optam pela situação que maximizará seus ganhos ao longo da vida (Borjas, 2012).

Essas abordagens partem do princípio de que os agentes são racionais e tomam decisões ótimas inclusive no momento de migrar. Contudo, cabe lembrar que muitos migrantes arriscam suas vidas e de suas famílias em empreitadas visando uma melhor condição de vida e que a quantidade de incertezas e assimetrias de informação existentes impedem cálculos de otimização.

Na contramão ortodoxa, o pensamento institucionalista se

apresenta como uma oposição aos fundamentos de equilíbrio, otimalidade e racionalidade substantiva. De maneira geral, para os institucionalistas a economia deve ser analisada como um todo, e não em pequenas entidades isoladas. Na atividade econômica existem padrões de ação coletiva que são maiores que o comportamento individual das partes. Ademais, a economia está relacionada com política, sociologia, leis, costumes e ideologias (Brue, 2006).

Fonseca (1989) argumenta que dentre os estudos de história econômica cabe a investigação de questões não imediatamente quantificáveis, mas relevantes para o entendimento da sociedade no que tange suas instâncias de poder, sua constituição de classes e as justificativas apresentadas para a atuação do Estado. Nesse sentido, o autor valida a análise do discurso como objeto de investigação.

Não obstante o discurso não possuir autonomia como fator causador por si só, o mesmo é dotado de capacidade de influenciar o curso da história. Estudar o discurso pressupõe o reconhecimento de que a ideologia e os fatos políticos possuem relevância em cada momento histórico. Os homens apresentam diferentes interesses concretos e agem de acordo com suas interpretações para conservar ou alterar a realidade, defrontando-se assim com diversos futuros possíveis (Fonseca, 1989).

Nesse contexto, tem-se notado nos últimos anos discursos anti-imigratórios mais agressivos, especialmente em países desenvolvidos como Estados Unidos e membros da União Europeia. Ademais, candidatos com essa retórica têm obtido apoio popular em eleições recentes, sendo exemplos Donald Trump, nos Estados Unidos, Marine Le Pen, na França, Matteo Salvini e Giorgia Meloni, na Itália, além do projeto do Brexit, no Reino Unido.

Tendo em vista o exposto, o objetivo do presente trabalho é relacionar os conceitos elaborados pelas diferentes correntes institucionalistas com retóricas anti-imigratórias recentes, buscando verificar se o tema da migração tem sido utilizado como mito em alguns discursos políticos e econômicos.

A presente pesquisa apresenta caráter qualitativo e descritivo e utiliza-se fundamentalmente do método bibliográfico. Este artigo divide-se em quatro seções além desta introdução: apresentação dos conceitos da

Economia Institucional pertinentes ao objeto de estudo; análise de retóricas anti-imigratórias recentes e sua relação com as instituições; conclusões sobre o tema; referências utilizadas.

2. ECONOMIA INSTITUCIONAL: UMA BREVE REVISÃO

O cenário econômico dos EUA no final do século XIX colocou muitas hipóteses e conclusões da escola neoclássica sob questionamento. A pobreza e a depressão econômica tornaram insustentável a doutrina de que a interferência mínima do governo produz bem estar. Movimentos a favor do controle e de reformas sociais ganharam força e foi nesse ambiente que a economia institucional cresceu, opondo-se às ideias de equilíbrio e otimalidade (Brue, 2006).

Veblen (1899), representante do chamado velho institucionalismo, argumenta em sua obra “A Teoria da Classe Ociosa”, que as instituições, bem como outros aspectos da vida humana, passam por adaptação seletiva. Para o autor, a evolução da estrutura social caracteriza-se pelo processo de seleção natural das instituições, que consiste em selecionar os hábitos mentais mais aptos. Nesse contexto, os agentes individuais são forçados a adaptar-se a um ambiente que se altera progressivamente com o desenvolvimento da comunidade. As instituições são, concomitantemente, consequência do processo seletivo e adaptativo, modelando o perfil prevalecente de aptidões, e causas eficientes de seleção. Portanto, instituições em mudança selecionam os indivíduos mais aptos e adaptam seu temperamento individual ao ambiente mutável por meio da formação de novas instituições.

As instituições em qualquer época favorecerão a sobrevivência e domínio de um tipo de caráter em detrimento de outro. O tipo humano assim selecionado modelará as instituições herdadas do passado à sua própria semelhança. A realidade de hoje modela as instituições da posteridade por meio de um processo seletivo e coercitivo, agindo sobre a opinião humana, sobre uma atitude mental herdada do passado (Veblen, 1899).

Assim, as instituições herdadas são um elemento conservador, um

fator de inércia psicológica e social, de conservantismo. O reajustamento das instituições e dos hábitos mentais humanos é feito apenas tardiamente e com hesitação, é uma resposta à pressão externa e provocado por um estímulo. Ainda de acordo com Veblen (1899), esse estímulo comumente advém de forças econômicas, especialmente no caso da comunidade industrial moderna, onde a mudança de opiniões sobre que é bom ou correto é em grande parte resultado de exigências pecuniárias.

Outro autor de destaque no velho institucionalismo, Commons (1931), define instituição como uma ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual. Essa ação coletiva pode incluir costumes não organizados e também diferentes interesses em marcha, como a família, a corporação, o sindicato e o Estado. De acordo com o autor, o indivíduo “pode” ou “não pode” porque a ação coletiva o permite ou não, “deve” ou “não deve” porque a ação coletiva o obriga, “está autorizado” ou não a depender se a ação coletiva o protege ou o impede.

Arend, Cário e Enderle (2012) afirmam que, para os velhos institucionalistas, uma mudança institucional pode ser impedida de ocorrer se for julgada como contrária aos interesses de determinados membros da comunidade, ficando esta estagnada em uma malha institucional devido às estruturas de poder, o que pode ser prejudicial ao desenvolvimento econômico e à mudança tecnológica.

Na década de 1980 surgiu uma nova interpretação dos escritos de Veblen, pautada na recuperação de sua crítica social e que ficou conhecida como Institucionalismo Radical. Willian Dugger, expoente deste grupo, afirma que a análise institucional pressupõe uma análise do poder, haja vista que em todas as sociedades existe uma estrutura institucional que permite a alguns indivíduos exercerem poder sobre os outros (Böck; Almeida, 2018).

Dugger (1988) argumenta que a racionalidade dos indivíduos pode ser distorcida por mitos. Esses mitos seriam mais compreensíveis em sociedades estratificadas na medida em que permitem a estratos superiores manterem sua posição e sua predação sobre a população subjacente. O autor divide esses mitos em dois grupos: 1) culpa do destino pela exploração de uma sociedade estratificada; 2) culpa da exploração atribuída à própria vítima.

Nas palavras do autor:

Em uma economia de mercado, o mercado torna-se um poderoso mito facilitador: o mercado (não o proprietário) fez a administração fechar a fábrica. O mercado fez o banco encerrar. O mercado gera uma taxa natural de desemprego. Essa crença nos mitos é um fato enfatizado repetidamente pelos institucionalistas radicais, particularmente por Veblen (Dugger, 1988, p. 6, tradução nossa).

Dando continuidade à sua análise, Dugger (1988) afirma que a propriedade e a riqueza são causas de estratificação e predação na sociedade americana contemporânea. Nesse contexto, o mito e a emulação sustentam as desigualdades e a manutenção de *status* dentro das sociedades. O autor destaca que, como já havia demonstrado Veblen, a guerra e o patriotismo promovem a obediência inquestionável, piedade e prerrogativa de classe. Portanto, “patriotismo e emulação são os adereços mais poderosos para o *status quo*” (Dugger, 1988, p. 7, tradução nossa).

A emulação tem um efeito fortemente debilitante nas classes mais baixas da sociedade estratificada. Isso os faz queimar com o desejo de imitar os estratos superiores, de fazê-los melhor. Assim, em vez de derrubar o sistema, os estratos mais baixos ficam fortemente presos a ele, pois a competição por status e riqueza absorve todas as energias e emoções dos membros mais agressivos das classes mais baixas. A emulação desvia a indignação contra a injustiça em um impulso facilmente cooptado para se destacar pessoalmente, para superar seus associados. Homens e mulheres ambiciosos e emulativos das classes mais baixas não perturbam o status quo. Seu desejo de fazer parte disso – a parte superior – substitui qualquer sentimento de injustiça que possam ter abrigado. Esta é a mensagem de A Teoria da Classe Ociosa, de Veblen (Dugger, 1988, p. 7 e 8, tradução nossa).

Dugger defende que quando há emulação, o exercício de poder pode ocorrer sem coerção, haja vista a aceitação da estrutura social devido ao estabelecimento de metas de ascensão social. Portanto, não há demanda de mudança social quando o objetivo é ascender socialmente e, então, a estrutura é preservada. De acordo com o Institucionalismo Radical, a emulação se associa a símbolos e cria mitos dentro de uma determinada sociedade, sendo “o sonho americano” um exemplo. Assim, os institucionalistas radicais consideram que a existência de mitos em um sistema socioeconômico permite à elite manter sua posição de domínio sem coerção (Böck; Almeida, 2018).

Anterior a esta releitura de Veblen, na década de 1960, a corrente neo-institucionalista incluiu abordagens comuns a seus antecessores, considerando que a ação coletiva faz parte de um sistema de controle social, representado pelas instituições, que opera por meio da economia de mercado. Contudo, o que vem a determinar a alocação de recursos não é o mecanismo de mercado, mas sim as instituições, especialmente as estruturas de poder. Ademais, para os neo-institucionalistas também a cultura vai representar um duplo papel nessa evolução, uma vez que é produto da permanente interdependência entre indivíduos (Conceição, 2002).

Nessa corrente de pensamento, Hodgson (2001) define instituições como sistemas duradouros de regras sociais que estruturam a interação social, citando como exemplos as leis, a linguagem, a moeda, o sistema de pesos e medidas, as empresas e outras organizações. O mercado também pode ser considerado uma instituição haja vista suas normas sociais, costumes, relações de troca instituídas e redes de informação.

Para Hodgson (2001), explicar o surgimento das instituições a partir de um ambiente onde elas eram inexistentes não é concebível, haja vista que toda interação humana depende de alguma forma de linguagem e esta é, por si mesma, uma instituição. Portanto, o ideal seria analisar a evolução das instituições a partir de outras existentes previamente. Para o autor, as preferências dos indivíduos também podem evoluir e essa sua maleabilidade pode ser útil na explicação da evolução e estabilidade das instituições, uma vez que regras, restrições, práticas e ideias podem, por meios psicológicos e sociais, moldar as preferências dos agentes.

Segundo Hodgson (2001), hábitos se formam a partir da repetição de pensamentos e ações, sendo influenciados por atividades anteriores e sendo duradouros e auto-sustentáveis. Contudo, o autor considera que hábitos significam comportamento potencial, não efetivo, e podem ser acionados por estímulo ou contexto apropriado. Mudanças e restrições institucionais alteram os hábitos de pensamento e comportamento, direcionando-os em sentidos específicos. As instituições canalizam e restringem o comportamento de modo que os indivíduos formam novos hábitos e, conseqüentemente, alteram suas preferências. Portanto, hábitos compartilhados constituem instituições, dotando-as de durabilidade, poder e autoridade normativa.

Também surgida na segunda metade do século XX, a Nova Economia Institucional (NEI) destaca que instituições constituem um mecanismo de ação coletiva e, por isso, têm por finalidade ordenar os conflitos e aumentar a eficiência na medida em que reduzem incertezas (Conceição, 2002).

Segundo North (1990), expoente da NEI, instituições são as regras do jogo em uma sociedade, são as restrições que moldam a interação humana. Podem ser formais, como as leis, ou informais, como tradições e códigos de conduta. Ademais, podem ser criadas ou evoluir ao longo do tempo. Apesar das instituições formais poderem ser alteradas rapidamente, as informais são mais rígidas, uma vez que se encontram arraigadas nos costumes. Essas restrições culturais, portanto, são importantes para explicar o caminho da mudança histórica, haja vista a conexão que proporcionam entre o passado, o presente e o futuro.

Considerando um cenário de redução de incertezas descrito por North (1990), Abramovay (2001) afirma que elas não podem ser eliminadas, mas mitigadas por instituições que ofereçam um horizonte previsível de ação dos e para os indivíduos. Para o autor, o subdesenvolvimento está relacionado a ambientes sociais que inibem a inovação e se sustentam em vínculos hierárquicos, impedindo a ampliação do círculo de relações sociais. Assim, o sucesso do desenvolvimento estaria alicerçado na coordenação da ação dos indivíduos por meio das instituições.

Assim, o que deve ser considerado no estudo do desenvolvimento não é a ideia de mercado como mecanismo de formação de preços, mas como um processo histórico que reflete estruturas, convicções, normas

e controles sociais. Os mercados não são pontos neutros de encontro entre agentes equânimes, mas refletem o ambiente institucional, as restrições que impõem e as oportunidades que abrem. Nesse sentido, o subdesenvolvimento seria caracterizado por instituições que separam trabalho e conhecimento, impedem o amplo acesso à terra e barram a inovação. É possível que uma economia nesse formato cresça, mas cresce menos do que se propiciasse a valorização das atividades dos mais pobres (Abramovay, 2001).

Para North (1990; 1994), as organizações com poder de negociação poderão usar a política para maximizar seus objetivos. Consequentemente, a mudança institucional ocorrerá nos setores mais maleáveis em termos de poder de barganha das partes interessadas. Além disso, as organizações originadas da matriz institucional em vigor têm interesse em perpetuar a estrutura vigente, agindo para influenciar os atores no sentido de apoiar suas políticas.

Considerando esse contexto político, North, Wallis e Weinsgast (2009) argumentam que a abertura política pode ser utilizada como estratégia de manutenção de privilégios na medida em que as elites considerarem que eles estarão mais seguros se forem definidos como direitos impessoais. Uma vez definidos impessoalmente, a lógica do acesso aberto aos direitos dos cidadãos sugere que eles serão mais fáceis de sustentar sob competição política e econômica mais ampla. Esse acesso, contudo, não resulta de interesses equilibrados em uma sociedade.

Nesse sentido, a criação sistemática de rendas pode induzir indivíduos e grupos poderosos a se absterem da beligerância. A existência de um padrão de interconexão de interesses econômicos, religiosos, políticos e sociais fornece aos indivíduos incentivos para não usar a violência, mas sim para cooperar (North; Wallis; Weinsgast, 2009).

Os autores destacam que na Grã-Bretanha, França e Estados Unidos as mudanças na estrutura das sociedades que institucionalizaram o acesso político e econômico aberto ocorreu no século XIX, fruto do receio de que o equilíbrio entre grupos de elite fosse perdido e irrompesse a violência. Portanto, nas palavras dos autores, “compreender a mudança social em eventos históricos reais requer separar instituições, organizações e crenças, bem como a violência, a fim de rastrear seu desenvolvimento inter-

relacionado ao longo do tempo” (North; Wallis; Weinsgast, 2009, p. 260, tradução nossa).

Nota-se que, apesar da existência de diferentes correntes, a escola institucionalista destaca a relevância da trajetória histórica. A importância dada por North (1990) à cultura e à estrutura de incentivos para o caminho da mudança histórica vai ao encontro das abordagens do velho institucionalismo, de que as instituições do passado moldam as do presente, e do neo-institucionalismo, de que os hábitos são dotados de auto-sustentação e exercem um importante papel no caminho de desenvolvimento a ser seguido.

Ademais, como já comentado no trabalho de Commons (1931) e Hodgson (2001), uma vez mais a escola institucionalista dá ênfase ao papel que os grupos de interesse exercem na mudança institucional e na trajetória histórica, ressaltado por North (1990; 1994) como a possibilidade de transferência de questões econômicas para a arena política. Lembra-se ainda que os interesses pecuniários destacados por Veblen (1899) compõem a estrutura de incentivos descrita por North (1990; 1994).

Por fim, as interconexões econômicas, políticas e sociais que North, Wallis e Weinsgast (2009) destacam como incentivos à cooperação e à não beligerância, podem ser facilitados pelo sentimento de emulação e pela criação de mitos, conforme descrito por Dugger (1988), permitindo o domínio sem coerção por parte das elites.

3. INSTITUIÇÕES E DISCURSO ANTI-IMIGRATÓRIO

No contexto pós crise econômica de 2008, Bauman (2017) afirma que a migração é consequência de um modo de vida moderno que produz pessoas não empregáveis, em razão do progresso tecnológico e econômico, ou não toleráveis, em função de conflitos causados por transformações políticas e sociais e de lutas por poder.

Para Marinucci e Milesi (2005), os atentados terroristas sofridos pelos Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001 somados a outros atentados em países do norte do globo, especialmente pertencentes à União Européia, contribuíram para o recrudescimento de discursos de que

o recebimento de imigrantes representa ameaças à segurança nacional e uma maior competição por postos de trabalho. Segundo os autores, porém, essa retórica já era observada anteriormente em políticas imperialistas e unilaterais excludentes.

Em sua obra “Estranhos à nossa porta”, Bauman (2017) analisa que este cenário facilita a emersão de figuras políticas que securitizam a imigração a criam um ambiente xenófobo. Esses discursos encontram apoio nas camadas mais pobres da sociedade porque, segundo Bauman (2017, p. 18):

Para os indesejáveis que suspeitam ter chegado ao fundo do poço, a descoberta de outro fundo abaixo daquele em que eles próprios foram lançados é um evento de lavar a alma, que redime sua dignidade humana e recupera o que tenha sobrado de autoestima. A chegada de uma massa de migrantes sem teto, privados de direitos humanos não apenas na prática, mas também pela letra da lei, cria a (rara) chance de um evento assim. Isso ajuda muito a explicar a coincidência da recente migração em massa com o crescente sucesso da xenofobia, do racismo e da variedade chauvinista de nacionalismo; e o sucesso eleitoral, ao mesmo tempo espantoso e inédito, de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas, e de seus belicosos líderes (Bauman, 2017, p. 18).

Nos países receptores, enquanto os interesses empresariais anseiam pelo influxo de mão de obra barata, a massa da população, já assombrada pela precariedade de sua condição e expectativas sociais, vê nesse movimento um sinal de maior competição no mercado de trabalho e maiores incertezas. A supremacia nacionalista que alguns grupos pregam assemelha-se à ideia de barrar o mundo globalizado e trancar portas já sem dobradiças. Para o autor, estamos vivendo num planeta “cosmopolitizado”, com fronteiras porosas e interdependência universal, mas sem uma consciência cosmopolita (Bauman, 2017).

Tendo em vista os escritos institucionalistas e as análises de Bauman

(2017), torna-se interessante analisar algumas retóricas que culpabilizam imigrantes internacionais por situações de crise social e econômica em países desenvolvidos.

Primeiramente, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América (EUA) no período 2017 a 2020 e novamente eleito para o mandato 2025-2028, comumente se utiliza da retórica anti-imigratória em seus discursos. Em 2016, ano de sua primeira eleição, o então candidato prometeu em sua campanha eleitoral a construção de um muro na fronteira dos EUA com o México, a fim de barrar o fluxo migratório advindo do país vizinho e de outras nações latino-americanas. Em 2019, anunciando o cumprimento de sua promessa, Trump emitiu um discurso com o seguinte trecho:

Meus compatriotas americanos, esta noite estou falando com vocês porque há uma crescente *crise humanitária e de segurança* em nossa fronteira sul. Todos os dias, agentes da Alfândega e Proteção de Fronteiras encontram milhares de imigrantes ilegais tentando entrar em nosso país. Estamos sem espaço para segurá-los e não temos como devolvê-los prontamente de volta ao seu país. A América acolhe orgulhosamente milhões de imigrantes legais que enriquecem nossa sociedade e contribuem para nossa nação, mas *todos os americanos são prejudicados pela migração ilegal* descontrolada. Isso sobrecarrega os recursos públicos e *reduz empregos e salários*. Entre os mais atingidos estão os afro-americanos e os hispano-americanos. Nossa fronteira sul é um canal para grandes quantidades de drogas ilegais [...]. Esta é uma crise humanitária. Uma crise do coração e uma crise da alma. No mês passado, 20.000 crianças migrantes foram trazidas ilegalmente para os Estados Unidos, um aumento dramático. Essas crianças são usadas como peões humanos por coiotes cruéis e gangues implacáveis. Uma em cada três mulheres é agredida sexualmente na perigosa jornada pelo México. Mulheres e crianças são, de longe, as maiores vítimas de nosso sistema quebrado. Esta é a *trágica realidade* da imigração ilegal na nossa fronteira

sul. Este é o ciclo de sofrimento humano que estou determinado a terminar. Meu governo apresentou ao Congresso uma proposta detalhada para proteger a fronteira e *parar as gangues criminosas*, traficantes de drogas e traficantes de seres humanos. É um *problema tremendo*. [...] Alguns sugeriram que uma barreira é imoral. Então, por que os políticos ricos constroem muros, cercas e portões ao redor de suas casas? Eles não constroem muros porque odeiam as pessoas de fora, mas porque *amam as pessoas de dentro*. A única coisa que é imoral é que os políticos não façam nada e continuem a permitir que mais *pessoas inocentes sejam tão horrivelmente vitimizadas*. [...] Esta é uma *escolha entre o certo e o errado, a justiça e a injustiça*. Trata-se de cumprirmos nosso *dever sagrado para com os cidadãos americanos* que servimos (NY Times, 2019, tradução nossa, grifo nosso).

O discurso do então presidente prosseguiu citando exemplos de violência praticadas por imigrantes que entraram de maneira irregular no país. Também durante seu primeiro mandato, houveram denúncias de crianças imigrantes sendo mantidas em jaulas e apartadas de suas famílias, além de pressão para que as chamadas “cidades santuário” cooperassem com as autoridades federais de migração (BBC, 2018; Holpuch, 2018).

Em 2023, fora da presidência, mas de olho na corrida eleitoral do ano seguinte, Trump afirmou que a gestão de Joe Biden estava envenenando o sangue dos EUA (“*poisoning the blood of our country*”) ao afrouxar regras de imigração (Gibson, 2023). No mesmo comício, Trump também fez a seguinte afirmação sobre os imigrantes:

Eles *envenenam* instituições mentais e prisões em todo o mundo, não apenas na América do Sul, não apenas em três ou quatro países em que pensamos, mas em todo o mundo. Eles estão vindo para o nosso país da África, da Ásia, de todo o mundo (Gibson, 2023, tradução nossa, grifo nosso).

E repetiu a dose em uma rede social:

A imigração ilegal está *envenenando* o sangue de *nossa nação*. Eles estão vindo de prisões, de manicômios – de todo o mundo (Gibson, 2023, tradução nossa, grifo nosso).

Em março de 2024, o candidato republicano voltou a atacar imigrantes em um comício com as seguintes frases: “Os democratas dizem: ‘Por favor, não os chame de animais. Eles são humanos. Eu disse: ‘Não, eles *não são humanos, não são humanos, são animais*’” (Layne; Slattery; Reid, 2024, tradução nossa, grifo nosso).

Em setembro do mesmo ano, durante um debate televisionado entre candidatos à presidência da república dos EUA, Donald Trump acusou os imigrantes de comerem animais de estimação de cidadãos americanos: “Em Springfield, eles estão comendo os cachorros. As pessoas que entraram, estão comendo os gatos. Eles estão comendo – eles estão comendo os animais de estimação das pessoas que vivem lá”. Essas informações não foram confirmadas pelas autoridades locais nem provadas pela equipe de campanha de Trump (Thomas; Wendling, 2024, tradução nossa).

Nesse contexto, uma das promessas de campanha de Donald Trump para seu segundo mandato é promover uma deportação em massa de imigrantes não documentados, a maior da história do país, e concluir a construção do muro na fronteira com o México (Fitzgerald, 2024).

Evidencia-se no discurso de Trump a retórica do “nós” contra “eles”, onde é possível perceber o uso da figura do imigrante irregular como fonte dos problemas nacionais relacionados à economia e à violência. Ademais, nota-se que Donald Trump homogeneiza os imigrantes irregulares à categoria de criminosos, colocando os cidadãos estadunidenses como os legítimos americanos e detentores do lado certo e da justiça.

Nesse contexto, Bauman (2017) afirma que a desumanização de imigrantes abre portas à sua exclusão da categoria de seres humanos legítimos e portadores de direitos, o que é literalmente feito por Trump. Isso leva o tema da migração para a esfera das ameaças à segurança e defesa da ordem, com nefastas consequências em termos de violência.

Retomando as análises de North, Wallis e Weinsgast (2009), nota-se no discurso de Trump uma aparência de representação política das

camadas mais pobres, percebendo suas angústias e mostrando o muro (ou ele mesmo) como uma espécie de salvação. Nesse sentido, a possível violência contra o sistema econômico que gera pobreza é transformada em cooperação para expulsar os estrangeiros sem documentação regular e/ou canalizada como uma violência contra imigrantes.

Conforme descrito por Dugger (1988), a propriedade pode ser causa de estratificação. Nesse sentido, o simples fato de possuir documentos, de ser um cidadão regular no país, favorece à emulação.

Analisando o contexto francês, Bauman (2017) cita como exemplo Marine Le Pen, candidata por três vezes à presidência da república francesa, que obteve apoio sobretudo entre as camadas mais pobres, induzindo seu apoio a palavras de ordem: “A França para os franceses!”. Para um grupo já ameaçado de exclusão social, o nacionalismo soa como uma salvação. Ser francês os aproxima da emulação: estão na mesma categoria de pessoas boas, nobres e poderosas, uma vez que miseráveis são os imigrantes.

Apesar de haver trabalhado na defesa de imigrantes irregulares quando se encontravam como réus que não podiam pagar por um advogado, Marine Le Pen foi muitas vezes acusada de manter um plano de governo racista e anti-imigração. Por enquanto, a advogada não se elegeu presidente na França em nenhuma das vezes em que concorreu ao cargo (2012, 2017 e 2022), contudo, na última campanha terminou a corrida eleitoral em segundo lugar e com mais de 40% dos votos, o que demonstra que recebeu apoio de boa parte do eleitorado francês (Kirby, 2022).

Em um discurso de campanha em 2017, Marine Le Pen pronunciou o seguinte excerto:

A situação é grave. Este é um momento sério para a França e para os franceses. [...] estamos em uma encruzilhada. É para a França, é para todos os franceses, uma escolha fundamental que está por vir. [...] Esta eleição que é uma *escolha de civilização*. E essa escolha pode ser resumida de forma simples: ou ficamos do lado da França [...] ou desistimos. [...] O povo francês é moldado por sua história, sua arte, *sua cultura*, suas leis, guardião e ator dessa arte de viver que *o mundo inveja*. Nunca pensei que a

França pudesse abdicar. [...] Sou profundamente francesa, profundamente patriótica [...]. Esta eleição é um referendo: a favor ou contra a França! [...] Um referendo entre o caminho nacional, por um lado, e o globalismo desenfreado, por outro. [...] Nesta eleição, o sistema quer que os franceses simplesmente aceitem ser despojados de seu poder democrático, de sua riqueza, de sua *identidade*. O sistema, portanto, quer que a França continue a esgotar-se acolhendo a imigração que nunca é controlada, nem seca, nem restringida. A imigração para o sistema não é uma opção, é *um dogma*, é economicamente um bom negócio, baixos salários para as multinacionais, clientes para os supermercados, eleitores para os socialistas, mas um custo impressionante para os contribuintes. [...] Nada vai parar o sistema, que sempre quer mais imigração, com a Comissão Europeia chegando ao ponto de ameaçar os países relutantes em recebê-los com uma multa [...]. E quando o problema da migração se encontra hoje com o do *terrorismo*, nada ajuda. Mesmo diante dos ataques insuportáveis do fundamentalismo islâmico, as fronteiras nacionais continuam sendo um engodo aos olhos dos defensores do sistema [...]. Um engodo, é isso que são as portas da nossa casa aos seus olhos. É também um engodo, por isso, o direito de abri-las a quem quisermos e de as fechar a quem não queremos acolher. [...] Ambos [seus então oponentes, Macron e Fillon] não pretendem mudar nada sobre o ritmo frenético da imigração, ou mesmo querem aumentá-lo. [...] Não escolherei a imigração para a felicidade de algum feudalismo contra o interesse do meu povo. [...] Serei Presidente da República por todos os franceses, mas *só por eles!* (Rassemblement National, 2017, tradução nossa, grifo nosso).

Em 2024, Le Pen atua como líder da extrema direita francesa. No início de outubro, a parlamentar pediu ao primeiro ministro francês, Michel Barnier, uma lei de migração mais restritiva para o próximo ano:

A nossa segunda *linha vermelha* seria a ausência do aumento migratório, a segurança e o direito penal que milhões de franceses esperam. Nós te pedimos, a você que fez um discurso tão firme sobre o assunto há vários anos, para colocar de volta na agenda do primeiro trimestre de 2025, uma lei de imigração restritiva que incorpore, no mínimo, as disposições censuradas pelo Conselho Constitucional em janeiro passado (Ouest-France, 2024, tradução nossa, grifo nosso).

Assim como no discurso de Trump, nota-se nas falas de Le Pen a securitização da imigração, canalizando na imagem do imigrante a fonte do terrorismo e da violência. Repetem-se também as expressões de gravidade e urgência do problema que o imigrante representa, bem como a necessidade de uma escolha entre dois extremos. Nota-se ainda o conceito de emulação descrito por Dugger (1988) quando se transmite a ideia de que a identidade e a cultura francesas são invejadas pelo resto do mundo, devendo por isso serem protegidas por e para os franceses.

Em se tratando da extrema direita europeia, em 2019 o então Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, bloqueou por quase três semanas uma embarcação militar italiana a fim de impedir o desembarque no país de imigrantes resgatados no Mar Mediterrâneo. Em 2024, o agora vice-primeiro-ministro da Itália foi absolvido da acusação de sequestro de imigrantes após três anos de julgamento. Ao lado da primeira-ministra Giorgia Meloni, Salvini compõem uma liderança anti-imigração no congresso italiano (Pantaleone; Amante, 2024).

Em 2018, ao se referir a problemas em centros de acolhimentos a imigrantes, Salvini fez a seguinte declaração como Ministro do Interior: “A Tunísia é um país livre e democrático que não exporta cavalheiros, mas muitas vezes e de boa vontade exporta *condenados*”, frase que foi mal recebida pelas lideranças tunisianas (ANSA, 2018, tradução nossa, grifo nosso).

Em 2023, num evento partidário, Salvini afirmou que ele e a primeira-ministra estão alinhados com relação à temática migratória:

A defesa das fronteiras e da segurança é um *dever sagrado*, não é um capricho da Liga: é algo em que estamos trabalhando em total sintonia com o governo. [...] Que amanhã Giorgia Meloni esteja em Lampedusa e eu receba Marine Le Pen aqui em Pontida é absolutamente parte do mesmo objetivo (Corriere Della Sera, 2023, tradução nossa, grifo nosso).

Em 2024, ao responder sobre um relatório do Conselho Europeu que apontava casos de racismo e xenofobia por parte das autoridades policiais italianas, Salvini declarou:

Mulheres e homens uniformizados foram vergonhosamente atacados por um corpo inútil também pago com os impostos dos cidadãos italianos. [...] Se esses senhores gostam tanto dos ciganos e dos imigrantes ilegais, eles deveriam levá-los todos para suas casas em Estrasburgo (D'Alessandro, 2024, tradução nossa, grifo nosso).

No mesmo ano, durante uma entrevista, a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni fez a seguinte declaração:

Agora vou ser chamada de racista, mas há uma incidência maior, infelizmente, em casos de *violência sexual*, por parte de imigrantes, principalmente *ilegalmente*. Porque, claramente, quando você não tem nada, produz-se uma *degeneração* que pode levar a todos os lugares (La Repubblica, 2024, tradução nossa, grifo nosso).

Conforme observado nas autoridades estadunidenses e francesas, também as italianas tecem discursos culpabilizando os imigrantes pela violência e pela criminalidade e associam a questão migratória a um dever sagrado.

O respaldo de figuras políticas à repulsa de imigrantes se encaixa na análise de Commons (1931) sobre os interesses em marcha, que podem

ser representados pelo Estado ou por partidos políticos, que ampliam e autorizam a ação individual. Ademais, Hodgson (2001) destacou que as preferências e hábitos individuais são moldados por meios psicológicos, sociais e sob estímulo apropriado e que, quando compartilhados, tornam-se duradouros.

Nesse contexto, também os escritos de Veblen (1899) demonstraram que as instituições são causas, mas também consequências da seleção, sendo que as pressões econômicas agem na opinião dos indivíduos sobre que é bom e correto.

Tendo em vista o referendo sobre a saída do Reino Unido da União Européia, Brexit, ocorrido em junho de 2016, Carvalho (2018) afirma que participar da União Europeia causava aos britânicos uma preocupação com a identidade nacional. Além disso, imigrantes europeus qualificados eram tidos como competidores nos postos de trabalho com melhores remunerações e essa visão se reforçava nos períodos de retração econômica.

A autora também elucida que existem visões diferentes sobre a imigração no Reino Unido. Um primeiro grupo de perfil jovem, com maior escolaridade e de classe média vê a imigração como positiva e reconhece suas contribuições culturais e econômicas. Contudo, trabalhadores das classes mais baixas percebem a imigração como algo negativo. Nesse contexto, os eleitores contra o Brexit eram, em média, socialmente mais liberais e a favor da imigração, ao passo que os eleitores a favor do Brexit eram socialmente mais conservadores e anti-imigração (Carvalho, 2018).

O fato é que o referendo se mostrou favorável à saída do Reino Unido da União Européia, um processo moroso e que ocasionou algumas trocas de primeiros-ministros. Contudo, em 2021, devido à junção do Brexit com a pandemia de Covid-19, o Reino Unido passou por uma dura escassez de mão de obra em alguns setores, especialmente no de transportes, o que prejudicou o abastecimento de supermercados e a coleta de resíduos (Arias, 2021).

Nota-se no caso britânico o fator de conservantismo descrito por Veblen (1899) e também, como elucidou Dugger (1988), o patriotismo como uma prerrogativa de classe, haja vista que o imigrante representaria uma ameaça à cultura e à tradição nacionais. Ademais, ocorre a construção de um mito em torno da ideia de que os imigrantes eram a causa dos

problemas econômicos do país.

Tendo em vista os casos apresentados, há de se concordar quando Bauman (2017) afirma que a lógica distorcida do imigrante como inimigo libera campos férteis para a captação de votos por parte de políticos que exploram as preocupações do que o autor se referiu como “classe ansiosa”. Ademais, segundo o autor, a política de separação gera mais incertezas do que seguranças, o que seria justamente o papel contrário das instituições de acordo com a NEI, e postergam para o futuro problemas que são urgentes.

Por fim, cabe destacar que a lógica da racionalidade existente em alguns modelos de movimento de fatores de produção não se valida em grande parte dos casos de migração. Os imigrantes que conseguem chegar à Europa ou aos EUA de maneira irregular provavelmente tiveram antes que pagar por sua viagem a um atravessador ou traficante de pessoas e arriscar suas vidas no trajeto. Nesse processo, muitos se perdem pelo caminho e outros nem têm condições de tentar (Bauman, 2017).

A racionalidade dos nacionais também se mostrou distorcida por mitos, conforme previsto por Dugger (1988), uma vez que a culpa da exploração e da sociedade estratificada é lançada sobre o imigrante, muitas vezes também ele vítima da atuação das grandes potências sobre seu país de origem. Mostra-se evidente o patriotismo e a emulação como meios de manutenção do *status quo* e do exercício do poder sem coerção (sobre os nacionais) por parte das elites.

4. Conclusões

Após analisar diferentes correntes pertencentes à economia institucional, pode-se perceber alguns pontos comuns, como a importância da trajetória histórica e das estruturas de poder na análise das sociedades, a persistência de hábitos mentais ao longo do tempo e o caráter adaptativo/evolutivo das instituições.

Especialmente no que tange o chamado Institucionalismo Radical, nota-se que a criação e disseminação de mitos podem ser instrumentos de perpetuação da estrutura de classes a favor das elites. Também com Douglas North, pertencente à NEI, foi possível verificar o papel que as elites podem

desempenhar no cenário político de modo a manterem seus *status quo* ou guinarem as mudanças institucionais a seu favor, e não necessariamente para o progresso da sociedade.

Nesse sentido, verificou-se que a retórica anti-imigração pode configurar um desses mitos que buscam apontar um culpado para os problemas sociais já existentes antes da chegada do imigrante. Também constatou-se como o tratamento de imigrantes, especialmente os irregulares, como cidadãos de “classe inferior” pode reascender o sentimento de patriotismo, de emulação e de pertencimento em grupos de indivíduos que também se encontram em situação econômica precária e teriam motivos para se revoltar contra o *status quo* vigente. Assim, conscientes ou não, optam por canalizar suas energias em imitar os estratos superiores e manter os vínculos hierárquicos vigentes.

Por fim, cabe destacar o papel que figuras políticas desempenham na criação de cenários de discriminação contra imigrantes internacionais e que, ao preço de seu impulsionamento popular, contribuem para realimentar instituições de caráter xenófobo, que, infelizmente e por sua vez, serão dotadas de caráter duradouro e coletivo.

Referências

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

ANSA. *Salvini, Tunisia democratica ma spesso esporta galeotti*. ANSA Brasil, 4 de junho de 2018. Disponível em: <https://ansabrasil.com.br/sito/notizie/politica/2018/06/03/salvinitunisia-democratica-ma-spesso-esporta-galeotti- cf77b99d-fff9-47f9-88d8-930e4ddf0550.html>. Acesso em: 31 dez. 2024.

AREND, M.; CARIO, S.A.F.; ENDERLE, R.A. Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. **Pesquisa & Debate**. Vol. 23, nº 1 (41), p. 110-133, 2012.

ARIAS, S.G. **Reino Unido busca trabalhadores (desesperadamente)**.

El País, 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-08-12/reino-unido-busca-trabalhadores-desesperadamente.html>. Acesso em 18 ago. 2022.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BBC. **Como são as ‘jaulas’ em que os EUA estão detendo filhos de imigrantes sem documentos**. BBC News Brasil, 19 de junho de 2018. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44526519>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BÖCK, R.; ALMEIDA, F. Clarence Ayres, Ayresianos e a evolução do institucionalismo Vebleniano. **Economia e Sociedade**. Vol. 27, n. 2 (63), p. 381-407, mai./ago. de 2018.

BORJAS, G. **Economia do trabalho**. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRUE, S. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CARVALHO, V.C.F. **A percepção do britânico sobre a imigração e o Brexit**: Um estudo de caso. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais. Porto Alegre, 2018.

COMMONS, J.R. (1931). *Economía institucional*. **Revista de Economía Institucional**. Vol. 5, nº 8, p. 191-201, primeiro semestre de 2003.

CONCEIÇÃO, O.A.C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea**. Vol. 6, nº 2, p. 119-146, jul./dez. de 2002.

CORRIERE DELLA SERA. **Salvini a Pontida**: “Giorgia sull’immigrazione sta facendo miracoli. Siamo per lo stesso obiettivo”. Corriere Della Sera, 16 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.corriere.it/politica/23_settembre_16/salvini-pontida-discorso-2c08a22a-549c-11ee-82e6-d47c2e85ecf0.shtml?refresh_ce. Acesso em: 31 dez. 2024.

D'ALESSANDRO, M.M. *Consiglio d'Europa: in Italia polizia e politici razzisti, stupito Mattarella, indignata Meloni*. Euro News, 23 de outubro de 2024. Disponível em: <https://it.euronews.com/my-europe/2024/10/23/consiglio-deuropa-in-italia-polizia-politici-razzisti-stupito-mattarella-indignata-meloni>. Acesso em: 31 dez. 2024.

DUGGER, W.M. *Radical Institutionalism: Basic Concepts. Review of Radical Political Economics*. Vol. 20, nº 1, p. 1-20, 1988.

FITZGERALD, J. *Seven things Trump says he will do as presidente*. BBC News, 6 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cev90d7wkk0o>. Acesso em: 30 dez. 2024.

FONSECA, P.C.D. **Vargas**: O capitalismo em construção (1906-1954). São Paulo: Brasiliense, 1989.

GIBSON, G. *Trump says immigrants are 'poisoning the blood of our country.' Biden campaign likens comments to Hitler*. NBC News, 17 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/politics/2024-election/trump-says-immigrants-are-poisoning-blood-country-biden-campaign-liken-rcna130141>. Acesso em: 30 dez. 2024.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. Dossiê Economia Institucional. **Econômica**. Vol. 3, n. 1, p. 97-125, jun. de 2001.

HOLPUCH, A. *Trump's invisible wall: how his 2018 immigration policies built a barrier*. The Guardian, 25 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/dec/25/trump-wall-immigration-policies-mexico-border>. Acesso em: 17 ago. 2022.

IOM. *Informe sobre las migraciones en el mundo 2022*. International Organization for Migration. Genebra: IOM, 2021.

KIRBY, P. **Marine Le Pen**: a candidata de direita radical que perdeu as eleições na França pela 3ª vez. BBC News Brasil, 23 de abril de 2022. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61202328>. Acesso em: 19

ago. 2022.

LAYNE, N.; SLATTERY, G.; REID, T. *Trump calls migrants 'animals,' intensifying focus on illegal immigration*. Reuters, 3 de abril de 2024. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/us/trump-expected-highlight-murder-michigan-woman-immigration-speech-2024-04-02/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

LA REPUBBLICA. **25 novembre, Meloni:** “Mi diranno razzista, ma l’immigrazione incide sui casi di violenza sessuale”. La Repubblica, 25 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.repubblica.it/politica/2024/11/25/video/25_novembre_meloni_mi_diranno_razzista_ma_limmigrazione_incide_sui_casi_di_violenza_sessuale-423727249/. Acesso em: 31 dez. 2024.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações internacionais contemporâneas**. Instituto Migrações e Direitos Humanos. CSEM/IMDH, jun. 2005. Disponível em:

<https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>. Acesso em: 11 set. 2019.

NORTH, D.C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York (EUA): Cambridge University Press, 1990.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

NORTH, D.C.; WALLIS, J.J.; WEINGAST, B.R. *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*. New York (EUA): Cambridge University Press, 2009.

NY TIMES. *Full Transcripts: Trump’s Speech on Immigration and the Democratic Response*. The New York Times, 08 jan. 2019. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2019/01/08/us/politics/trump-speech-transcript.html>. Acesso em 17 ago. 2022.

OUEST-FRANCE. *Discours de politique générale: Marine Le Pen*

demande une nouvelle loi immigration. Ouest-França, 1º de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.ouest-france.fr/politique/michel-barnier/video-discours-de-politique-generale-marine-le-pen-demande-une-nouvelle-loi-immigration-699c354a-f3f2-476a-a866-0792551f37a0>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PANTALEONE, W.; AMANTE, A. **Vice-premiê italiano Salvini é absolvido de acusação de sequestro de imigrantes**. UOL, 20 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/12/20/vice-premie-italiano-salvini-e-absolvido-de-acusacao-de-sequestro-de-imigrantes.htm>. Acesso em: 31 dez. 2024.

RASSEMBLEMENT NATIONAL. *Discours de Marine Le Pen à Châteauroux*. Rassemblement National, 11 de março de 2017. Disponível em: <https://rassemblementnational.fr/discours/discours-de-marine-le-pen-a-chateauroux>. Acesso em: 30 dez. 2024.

THOMAS, M.; WENDLING, M. *Trump repeats baseless claim about Haitian immigrants eating pets*. BBC Verify e BBC News, 15 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c77l28myezko>. Acesso em: 30 dez. 2024.

VEBLEN, T.B. (1899). **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.